



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO
CAMPUS CONFRESA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E INOVAÇÃO PROPES-IFMT

**PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO
DE ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS
E GARANTIAS FUNDAMENTAIS**

Área de Concentração: Interdisciplinar

Confresa-MT

2021



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO
CAMPUS CONFRESA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E INOVAÇÃO PROPES-IFMT

Presidente da República
Jair Messias Bolsonaro

Ministro da Educação
Milton Ribeiro

Secretário da Educação Profissional e Tecnológica
Wandemberg Venceslau Rosendo Dos Santos

Reitor
Julio Cesar dos Santos

Pró-Reitora de Ensino
Luciana Maria Klamt

Pró-Reitor de Extensão
Marcus Vinicius Taques de Arruda

Pró-Reitor de Administração e Planejamento
Túlio Marcel Rufino Vasconcelos de Figueiredo

Pró-Reitora de Pesquisa e Inovação
Ângela Santana de Oliveira

Pró-Reitor de Desenvolvimento Institucional
João Germano Rosinke

Diretora de Graduação
Ana Claudia Tasinaffo Alves

Diretor Geral do *campus* Confresa
Giliard Brito de Freitas

Diretor de Ensino
Paulo Cesar Laurindo Silva

Coordenação de Curso
Claudiney de Freitas Marinho

Representante de Instituição Parceira
Ângelo Altair de Oliveira



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO
CAMPUS CONFRESA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E INOVAÇÃO PROPES-IFMT

SUMÁRIO

1. IDENTIFICAÇÃO DO CURSO	3
2. HISTÓRICO E PERFIL INSTITUCIONAL DO CAMPUS	4
3. APRESENTAÇÃO DO CURSO	6
4. JUSTIFICATIVA	6
5. PÚBLICO-ALVO E PERFIL DO EGRESSO	8
6. OBJETIVOS	8
6.1. Geral	8
6.2. Objetivos específicos	9
7. REQUISITOS E FORMAS DE ACESSO	10
8. SELEÇÃO	10
9. MATRÍCULA	10
10. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR DO CURSO	11
10.1 Matriz curricular do Curso de Especialização em Direitos Humanos e Garantias fundamentais	12
10.2 Ementário	13
11. PERIODICIDADE	32
12. METODOLOGIA	33
13. FLUXOGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DO CURSO	35
14. AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM	36
15. CONTROLE DE FREQUÊNCIA	37
16. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO	38
17. CERTIFICAÇÃO	38
18. INDICADORES DE DESEMPENHO	39
19. INCLUSÃO SOCIAL E ACESSIBILIDADE	39
20. SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO CURSO	40
21. INFRAESTRUTURA FÍSICA DO CURSO	40
22. PROFESSOR COLABORADOR	41
23. CRONOGRAMA	42
24. RECURSOS FINANCEIROS	42
25. QUADRO DOCENTE	42
26. SERVIDORES TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS	44
REFERÊNCIAS	45



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO
CAMPUS CONFRESA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E INOVAÇÃO PROPES-IFMT

1. IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

1.1 **Curso:** ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS

1.2 **Área do conhecimento:** Ciências Sociais e Humanas

Tipo: () turma especial (x) aberto ao público () turma fechada – Órgão contratante

1.3 **Área de Concentração:** Interdisciplinar

1.4 **Modalidade de oferta:** (X) presencial (X) distância (X) semipresencial

1.5 **Local de realização:** IFMT/ Campus Confresa/CDHDPC

1.6 **Período de realização previsto:** 31/11/2021 a 31/06/2023

1.7 **Número de vagas:** 60

1.8 **Carga horária total do curso:** 420 horas

1.9 **Carga horária destinada às disciplinas:** 360 horas

1.9.1.1 Presencial: 252 horas (70% do total da carga horária das disciplinas)

1.9.1.2 Carga horária a distância: 108 horas (30% do total da carga horária das disciplinas)

1.9.2 Carga horária destinada à elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso: 60 horas

1.10 **Horário de funcionamento do curso:** (X) matutino (X) vespertino (X) noturno

Obs: As aulas serão ministradas nos diferentes turnos, aos finais de semana (sexta, sábado e domingo) para que o curso possa atender ao público alvo, levando-se em consideração que os estudantes vêm de diversos municípios, tanto de áreas rurais (Projetos de Assentamentos e aldeias), quanto de áreas urbanas, e muitos deles são profissionais atuantes no mercado de trabalho.

1.11 **Coordenação do curso:** O curso de Pós Graduação Lato Sensu em Direitos Humanos e Garantias Fundamentais terá coordenação partilhada, sendo um(a) docente do Instituto Federal



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO
CAMPUS CONFRESA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E INOVAÇÃO PROPES-IFMT

de Mato Grosso - Campus Confresa e um(a) representante do Centro de Direitos Humanos Dom Pedro Casaldáliga. Os profissionais deverão ter formação em cursos de Ciências Sociais e Humanidades, com titulação mínima *Stricto Sensu* em nível de Mestrado. Ambas as escolhas dar-se-ão por indicação da Direção Geral de cada Instituição, em momento posterior à aprovação do curso pelo CONSEP.

2 HISTÓRICO E PERFIL INSTITUCIONAL DO CAMPUS

Mediante a Lei 11.892/2008, o governo Federal instituiu a **Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica**, os **Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia**. Estes, ao atuarem em todos os níveis e modalidades da Educação Profissional, poderão contribuir para o desenvolvimento local e regional, bem como garantir a difusão dos conhecimentos científicos, a ligação com os arranjos produtivos locais e a formação do cidadão trabalhador.

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso – IFMT foi criado mediante a integração do Centro Federal de Educação Tecnológica de Cuiabá; Centro Federal de Educação Tecnológica de Mato Grosso; Escola Agrotécnica Federal de Cáceres e de suas respectivas unidades de ensino descentralizadas (Campo Novo do Parecis, Bela Vista e Pontes e Lacerda), unificando-os e transformando-os em *campi* do instituto.

Além da integração dessas instituições, até o ano de 2010 foram implantados mais quatro *campi* dentre os municípios de Barra do Garças, Confresa, Juína e Rondonópolis. Em uma outra etapa do plano de expansão do IFMT foram criados novos *campi* nos municípios de Sorriso, Alta Floresta, Várzea Grande e Primavera do Leste, assim como o Polo de Inovação em Tangará da Serra, atingindo um total de 14 em todo o estado de Mato Grosso. Tais *campi* atingem, de forma abrangente, vários setores econômicos dos segmentos agrário, industrial e tecnológico, de forma a ofertar cursos de acordo com as necessidades culturais e sociais da região, além de privilegiar os mecanismos de inclusão social que apoiam os processos educativos que levam à geração de trabalho e renda. Atualmente o IFMT possui 19 *campi* localizados em regiões estratégicas do Estado de Mato Grosso.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO
CAMPUS CONFRESA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E INOVAÇÃO PROPES-IFMT

O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), aprovado em 28 de março de 2019, pela resolução CONSUP nº 013/2019, apresenta como missão do IFMT: “Educar para a vida e para o trabalho”, Visão do IFMT: “Ser uma instituição de excelência na educação profissional e tecnológica, qualificando pessoas para o mundo do trabalho e para o exercício da cidadania por meio da inovação no ensino, na pesquisa e na extensão.” Tais apreços vêm ao encontro aos anseios da comunidade de Confresa e região Norte Araguaia, uma vez que esta instituição se coloca como parceira para discutir as demandas/ações para: diversidade, educação ambiental, tecnologias, sustentabilidade, inclusão, conhecimento, direitos, política, ética, cidadania, trabalho, cultura, dentre outros.

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso (IFMT) *Campus* Confresa, foi instituído através da portaria nº 04, de 06 de janeiro de 2009, pelo Ministro do Estado da Educação e inaugurado no dia 01 de fevereiro de 2010, em solenidade realizada pelo, então, Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Luís Inácio Lula da Silva, em Brasília. A portaria 123, de 29 de janeiro de 2010, do Ministro do Estado da Educação, publicada no Diário Oficial da União (DOU) em 1º de fevereiro de 2010, seção I – p. 15 autorizou o funcionamento deste *campus*. Suas atividades acadêmicas iniciaram-se em abril do referido ano. Localizado na Avenida Vilmar Fernandes, Nº 300, Setor Santa Luzia, Confresa – MT, CEP 78652-000, o mesmo carrega o nome da cidade que o recebeu. Sua área corresponde, aproximadamente, a 50 (cinquenta hectares). Para facilitar o acesso da população às informações referentes aos cursos e instituição, o *Campus* disponibiliza o endereço eletrônico www.cfs.ifmt.edu.br, bem como o telefone (66)3564-2600.

O município de Confresa, sede do *Campus*, ocupa a 2716ª posição em termos de crescimento, de acordo com o ranking dos municípios do Brasil do ano de 2010. Tal pesquisa analisou um total de 5.565 municípios, sendo que 2715 (48,79%) deles estão em melhor situação e 2.849 (51,19%) municípios estão em situação igual ou pior. Em relação aos 141 outros municípios do Estado de Mato Grosso, Confresa ocupa a 94ª posição, sendo que 93 (65,96%) municípios estão em situação melhor e 47 (33,33%) municípios estão em situação igual ou pior. O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) passou de 0,451 em 2000 para 0,668 em 2010 – uma taxa de crescimento de 48,12%. A distância entre o IDHM do município e o



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO
CAMPUS CONFRESA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E INOVAÇÃO PROPES-IFMT

limite máximo do índice — que é 1 — foi reduzido em 39,53% entre os anos de 2000 a 2010. Por outro lado, a dimensão investigada que mais cresceu em termos absolutos foi a Educação (com crescimento de 0,343), saindo de 0,287 em 2000 para 0,668 em 2010. (PNUD, 2013)

O *Campus* Confresa possui um perfil agrícola com aproximadamente 1.100 alunos matriculados e seu principal ofício é formar profissionais que atuarão nas áreas de produção animal, vegetal e agroindustrial. Além disso, atua, também, na formação de professores — ofertando cursos de Licenciatura e Pós-graduação *lato sensu*.

Atualmente o Campus Confresa tem curso de Especialização em Educação do Campo e Especialização em Ensino de Ciências. No ensino superior oferta os cursos de Licenciatura em Física, Biologia e Ciência da Natureza com Habilitação em Química e, em regime de Bacharelado oferta o curso de Agronomia. No Ensino Médio oferta à comunidade do território Araguaia Xingu os cursos profissionalizantes integrados ao Ensino Médio. São eles: Técnico em Agropecuária, Técnico em Agroindústria e, Técnico em Comércio (Proeja).

3 APRESENTAÇÃO DO CURSO

O projeto pedagógico do curso de especialização em Direitos Humanos e Garantias Fundamentais do IFMT Campus Confresa baseia-se na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9.394/96), na Resolução CNE/CES nº 01/2018, que estabelecem normas para o funcionamento de cursos de pós-graduação *Lato Sensu*, em nível de especialização.

4 JUSTIFICATIVA

O Estado de Mato Grosso tem em seu território um mosaico de identidades, povos, culturas e geografias distintas. Nestes cenários, a história é marcada por contrastes, conflitos, políticas homogêneas que muitas vezes excluem, dificultam a convivência com ou agridem o diferente. Na terra do Agronegócio, “do bitrem”, da “marcha para o oeste”, do Pantanal, do Cerrado, da Amazônia legal, há povos tradicionais, indígenas de várias etnias, gente que experiência o mundo de outros modos, muito além do que é apregoado no viés do crescimento



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO
CAMPUS CONFRESA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E INOVAÇÃO PROPES-IFMT

econômico de mercado.

As tensões provocadas entre essas formas de vida e a expansão econômica desnudam, em maior grau, as diferenças e desigualdades sociais, em clivagens que precisam ser compreendidas no processo de construção das relações sociais, do papel do Estado e das políticas públicas.

Na área jurídica, sabe-se que há debates sobre as teorias que tentam definir o que são Direitos Humanos, Direitos Fundamentais e suas garantias. Neste projeto, entendemos, a partir e além dos aportes teóricos em Bobbio (2004), Boaventura de Souza Santos (1998, 2003, 2009, 2013, 2015), Celso Lafer (1995), Chauí (2013), Perez Luno (1979), Sarlet (2003, 2005), Ferreira Filho (2000, 2003), Flores (2009), Comparato (2008), Cançado (1997, 1999), Piovesan (2009), que a concepção de Direitos Humanos deve ser ressignificada, partindo da ideia central que se trata de um constructo histórico implementado pelas ações coletivas em prol da dignidade humana por meio da luta cotidiana para garantir e criar novos direitos.

Enquanto os Direitos Humanos seriam um gênero amplo dos direitos do ser humano, em qualquer tempo/espço, as Garantias Fundamentais estariam concentradas na lei maior do Estado, qual seja, a Constituição, que assegura os Direitos insculpidos na norma, isto é, a efetivação dos direitos no plano real, material. Mesmo considerando a diversidade semântica da Constituição Federal, quais sejam: Direitos Humanos (art. 4º, II); Direitos e Garantias Fundamentais (epígrafe do Título II, e art. 5º, § 1º); direitos e deveres individuais e coletivos (epígrafe do respectivo capítulo); liberdades constitucionais (art. 5º, inc. LXXI); d) direitos e garantias individuais (art. 60, § 4º, inc. IV), podemos afirmar que a busca é pelo aperfeiçoar dos Direitos Humanos.

E ao longo de nossa história, sobretudo na pós-modernidade quais são os avanços, as conquistas e os retrocessos no campo político, jurídico e social no Estado brasileiro, em meio às desigualdades e diferenças?



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO
CAMPUS CONFRESA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E INOVAÇÃO PROPES-IFMT

5 PÚBLICO-ALVO E PERFIL DO EGRESSO

O público-alvo é constituído: a) por cidadãos voluntários em projetos sociais em prol dos Direitos Humanos e Agentes vinculados ao CDHDPC (70% das vagas= 42); b) Povos tradicionais, indígenas e afrodescendentes (20% das vagas= 12), c) assim como público em geral que tenham interesse na temática (10% das vagas = 6). De modo que o seletivo será por carta de intenção e currículo, devendo ser instruída por: carta de apresentação do Núcleo de Direitos Humanos do local onde o candidato reside (somente para concorrentes a vagas tipo a); apresentação de histórico escolar, curso de graduação em qualquer área; documentos (RG, CPF, comprovante de endereço); autodeclaração (somente para concorrentes a vagas tipo b). De sorte que assim atendemos os preceitos de Onfray (2015), ampliando a formação continuada e interiorizando o acesso ao ensino superior, em respeito ao Plano Nacional de Educação (PNE), aos direitos da educação propostos nos eixos epistemológicos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação no Brasil, a Resolução 01/2001- CNE/CP e demais normas vigentes.

Diante das considerações trazidas à baila, notória é a relevância em qualificar o público-alvo para intervenções e movimentos de protagonismo social perante as realidades, fornecendo reflexões e instrumentos teórico-metodológicos que permitam analisar de maneira crítica os Direitos Humanos e compreender as garantias fundamentais, o acesso à justiça.

6 OBJETIVOS

6.1 Geral

Oportunizar formação/capacitação/desenvolvimento de saberes, conhecimentos e habilidades que contribuam para a elevação dos debates, reflexões, ressignificações, implementação de políticas públicas que dialoguem com os Direitos Humanos e as Garantias Fundamentais para produzir novos saberes, fazeres e ações em prol do acesso à justiça e mitigação das violações de direitos humanos no território Araguaia Xingu.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO
CAMPUS CONFRESA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E INOVAÇÃO PROPES-IFMT

6.2 Objetivos específicos

- Promover discussões e reflexões aprofundadas em torno da realidade do território Araguaia/Xingu e do Estado de Mato Grosso, dos Direitos Humanos e das Garantias Fundamentais envolvendo os atores do processo;
- Incentivar a formação de multiplicadores do conhecimento dos Direitos Humanos para possibilitar articulações por meio de parcerias, políticas e desenvolvimento regional para uma cultura da paz e da promoção dos Direitos Humanos;
- Consolidar junto aos movimentos sociais e sistema de justiça envolvidos referenciais teóricos e didáticos que lhes permitam maior qualificação de suas atividades;
- Reforçar a implantação das áreas temáticas contidas na Educação para/em Direitos Humanos e propor uma pauta de projetos articulados em rede;
- Compreender e exercitar a visão sistêmica dos projetos sociais e interfaces com as instituições privadas e públicas;
- Identificar, caracterizar, analisar e resolver problemas operacionais e organizacionais relativos aos Direitos Humanos e às Garantias Fundamentais, gerando propostas de ação que contribuam para aprimorar os processos e a atuação dos cidadãos e das instituições que laborem com a temática.
- Ao final do curso o estudante deverá ser capaz de desenvolver perspectiva crítica e capacidade de análise no contexto em que atua, sendo entregue um trabalho de conclusão de curso advindo de pesquisa de campo, com temática que tenha interface com os conflitos locais ou regionais.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO
CAMPUS CONFRESA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E INOVAÇÃO PROPES-IFMT

7 REQUISITOS E FORMAS DE ACESSO

Ingressarão no curso de especialização em nível de pós-graduação lato sensu em Direitos Humanos e Garantias Fundamentais demandados pelo Centro de Direitos Humanos Dom Pedro Casaldáliga (CDHDPC) e oferecido pelo IFMT Campus Confresa, os candidatos que no ato da matrícula apresentarem toda documentação exigida em edital.

Será vetada admissão no curso a candidatos que no ato da matrícula não apresentarem os documentos comprobatórios de conclusão do ensino superior.

8 SELEÇÃO

A seleção para ingresso ocorrerá por meio de edital específico a ser elaborado pela comissão (instituída por portaria do IFMT - Campus Confresa) de elaboração de edital para curso de especialização em nível de pós-graduação lato sensu em Direitos Humanos e Garantias Fundamentais, composta por servidores do IFMT e membros externos integrantes do CDHDPC, e levará em consideração dois fatores principais, a saber, carta de intenção e currículo lattes.

9 MATRÍCULA

Para efetuar a matrícula no curso, o candidato deverá estar classificado dentro do número de vagas lançadas em edital, e apresentar a seguinte documentação:

- a) Histórico Escolar da Graduação;
- b) Certificado de conclusão de curso de graduação /ensino superior;
- c) Certidão de nascimento ou casamento;
- d) Documento de identidade –RG;
- e) CPF;
- f) Título de eleitor;
- g) Comprovante de endereço;
- h) Uma foto 3 x 4 recente;
- i) Certificado de Reservista (para alunos do sexo masculino em idade de cumprimento do serviço militar obrigatório);



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO
CAMPUS CONFRESA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E INOVAÇÃO PROPES-IFMT

- j) Carta de apresentação do candidato, feita pelo Núcleo de Direitos Humanos de sua cidade (para estudantes que concorrem às vagas destinadas a estudantes vinculados a projetos sociais);
- k) Carta de auto-declaração (para candidatos que concorrem a vaga como cotistas);
- l) Termo constando autorização ou não autorização de imagem.

10 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR DO CURSO

A estrutura curricular do Curso de Especialização em Direitos Humanos e Garantias Fundamentais na modalidade presencial, baseia-se na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9.394/96), na Resolução CNE/CES nº 01/2018, que estabelecem normas para o funcionamento de cursos de pós-graduação Lato Sensu, em nível de especialização.

A matriz curricular está organizada por três módulos compostos por três, duas e cinco disciplinas, respectivamente, para o módulo I, II e III, somando carga horária total de 360 horas; além das 60 horas para a elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

Este projeto está organizado por módulos a fim de melhor atender a disponibilidade de docentes para ministrar disciplinas do curso e a participação dos acadêmicos nas disciplinas, visto que o mesmo ocorrerá aos finais de semana. Os módulos trazem uma temática no qual os acadêmicos estarão envolvidos durante a integralização do mesmo. Aos estudantes desistentes, será oportunizada uma declaração do módulo que concluiu com êxito.

Segue a seguir o quadro de disciplinas ofertadas para a Especialização em Direitos Humanos e Garantias Fundamentais:



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO
CAMPUS CONFRESA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E INOVAÇÃO PROPES-IFMT

10.1 Matriz curricular do Curso de Especialização em Direitos Humanos e Garantias Fundamentais

MÓDULOS DE FORMAÇÃO	C/H Total	Aulas presen ciais	Aulas online/ pesquisa	
Módulo I				
Introdução ao estudo de Direitos Humanos no Território Araguaia/Xingu		90		
Introdução aos estudos dos Direitos Humanos e Garantias Fundamentais	Dezembro/2021	30	20	10
História de luta em defesa dos Direitos Humanos no território Araguaia/Xingu	Janeiro/2022	30	20	10
Seminários temático: Direito, artes e literatura: os direitos humanos na vida e obra de Pedro Casaldáliga	Fevereiro/2022	30	20	10
Módulo II				
Metodologia científica nos estudos de Direitos Humanos e Garantias Fundamentais		60		
Metodologia de pesquisa científica	Março/2022	30	20	10
	Abril/2022	30	20	10
Módulo III				
Instrumentos sócio-político-jurídicos na defesa de Direitos Humanos		210		
Direitos Humanos, democracia e movimentos sociais	Maio/2022	30	20	
Direitos, igualdade e respeito às diferenças	Junho/2022	45	16	4
	Julho/2022		20	5
Direito, cidadania e segurança pública	Agosto/2022	30	20	10
Direito, meio ambiente e desenvolvimento	Setembro/2022	30	20	10
Direito, controle social e terceiro setor	Outubro/2022	45	16	4
	Novembro/2022		20	5
Seminário temático: pesquisa e suas implicações éticas, políticas, afetivas, pessoais etc	Dezembro/2022	30	20	10
Total de Horas das Disciplinas			360	
Elaboração do Trabalho de Conclusão de curso			60	
Total da Carga Horária do Curso			420 horas	



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA INSTITUTO
FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO
CAMPUS CONFRESA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E INOVAÇÃO PROPES-IFMT

10.2 EMENTÁRIO

Ementas do Módulo I – Introdução ao estudo de Direitos Humanos no território Araguaia/Xingu

COMPONENTE CURRICULAR: Introdução aos estudos dos Direitos Humanos e Direitos Fundamentais
CARGA HORÁRIA: 30 horas
EMENTA
Análise das condições teóricas e das condições sociais do conhecimento e dos paradigmas filosófico-jurídicos dos direitos humanos. A disciplina Direitos Humanos. Polissemia conceitual. Direitos Humanos e Direitos Fundamentais: convergências e tensões. Proteção na Constituição de 1988. Proteção internacional. Violência. Especificação dos sujeitos de direito. Novos atores. Novos temas. Percepção dos direitos humanos e da cidadania na construção das lutas sociais e na constituição de novos sujeitos de direito. A cidadania como possibilidade de colocar no social estes novos sujeitos, capazes de criar direitos, como direitos humanos mutuamente reconhecidos e aptos a determinar a sua participação autônoma no espaço da decisão política. Questões mais relevantes de uma teoria integrada dos direitos humanos e fundamentais, a lógica, fundamentação e conteúdo dos direitos de Dignidade, Igualdade e Liberdade. Direitos Fundamentais na Constituição Federal- suas dimensões e os Direitos Sociais.
OBJETIVOS
Introduzir o tema dos Direitos Humanos e Garantias fundamentais, com seus fundamentos básicos, base conceitual e temas principais.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA
BOBBIO, Norberto. A era dos direitos . Rio de Janeiro: Campus, 1992.
CARDIA, Nancy; ADORNO, Sérgio; COMPARATO, Fábio Konder. A afirmação histórica dos direitos humanos . São Paulo: Saraiva, 2007.
COMPARATO, Fábio Konder. Fundamento dos Direitos Humanos . Disponível em: < http://cidades.gov.br/images/stories/ArquivosSNPU/Biblioteca/ReabilitacaoAreasUrbanas/DireitosHumanos_Fundamentos_DH.pdf > acesso em out/2020.
LAFER, Celso. A reconstrução dos direitos humanos: a contribuição de Hannah Arendt . Estudos Avançados, São Paulo, v. 11, n. 30, agosto 1997.
ONU. Declaração Universal dos Direitos Humanos . Disponível em: https://www.oas.org/dil/port/1948%20Declara%C3%A7%C3%A3o%20Universal%20dos%20Direitos%20Humanos.pdf > acesso em out/2020.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA INSTITUTO
FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO
CAMPUS CONFRESA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E INOVAÇÃO PROPES-IFMT

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- ADORNO, Sérgio. **História e desventura: o 3º Programa Nacional de Direitos Humanos.** Novos Estudos Cebrap, n. 86, p. 5-20, março de 2010.
- BEITZ, Charles R.. **Liberalismo internacional e justiça distributiva.** Lua Nova, São Paulo, n. 47, Aug. 1999.
- CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Violência, direitos e cidadania: relações paradoxais.** Cienc. Cult., São Paulo, v. 54, n. 1, June 2002.
- COMPARATO, Fabio Konder. **Ética.** São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- ISHAY, Micheline (org.). **Direitos humanos: uma antologia: principais escritos políticos, ensaios, discursos e documentos desde a Bíblia até o presente.** São Paulo: EDUSP, 2006.
- IZUMINO, Wânia Pasinato; NEME, Cristina. **Violência urbana e graves violações de direitos humanos.** Cienc. Cult., São Paulo, v. 54, n. 1, junho 2002.
- KOERNER, Andrei. O papel dos direitos humanos na política democrática: uma análise preliminar. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 18, n. 53. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/%0D/rbcsoc/v18n53/18083.pdf>> acesso em out/2020.
- KOERNER, Andrei. **Ordem política e sujeito de direito no debate sobre direitos humanos.** Lua Nova, n. 57, 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ln/n57/a05n57.pdf>> acesso em out/2020.
- POLETO, Frederico. **Homicídio e violação de direitos humanos em São Paulo.** Estudos Avançados, São Paulo, v. 17, n. 47, Apr. 2003.

COMPONENTE CURRICULAR: História de luta em defesa dos Direitos Humanos no território Araguaia/Xingu

CARGA HORÁRIA: 30 horas

EMENTA

Desenvolvimento histórico e territorial da região Araguaia/Xingu a partir da década de 1960, com especial atenção aos conflitos regionais que levaram ao compromisso com a luta em defesa dos Direitos Humanos. Análise da Carta Pastoral: uma Igreja na Amazônia em conflito com o latifúndio e a marginalização social, por ser um Raio X da história em defesa dos empobrecidos e por afirmar o seu posicionamento enquanto Igreja sócio-transformadora. Implantação e atuação de entidades específicas de luta pelos Direitos Humanos relacionados aos povos da terra (CPT) e povos indígenas (CIMI), e aos Direitos Humanos em geral (Escritório de Direitos Humanos e Centro de Direitos Humanos).

OBJETIVOS



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA INSTITUTO
FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO
CAMPUS CONFRESA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E INOVAÇÃO PROPES-IFMT

Dar ao estudante ferramentas para interpretar a história da região a partir de um olhar atento às violações e promoções de Direitos Humanos ocorridos nos últimos 60 anos. Apresentar a luta de instituições de Direitos Humanos na região.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CANUTO, A. **Resistência e luta conquistam território no Araguaia Mato-Grossense**. 1ª ed – São Paulo: Outras Expressões, 365 p. 2019.

CASALDÁLIGA, P. **Uma Igreja da Amazônia em conflito com o Latifúndio e a Marginalização Social**. 1971. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/593403-a-carta-de-pedro-casaldaliga-que-mudou-a-amazonia>> acesso em out/2020.

CPT. **Cadernos de conflitos no campo**, 1985 a 2021.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ESTERCI, Neide. **Conflito no Araguaia: peões e posseiros contra a grande empresa**. Petrópolis: Vozes, 208 p. 1987.

FORCANO, B; MACHADO, A. A; **Pedro Casaldáliga as causas que imprimem à sua vida**. Retrato de uma personalidade. São Paulo: editora Ave Maria, 2008.

Documentos históricos do arquivo da Prelazia de São Félix do Araguaia.

COMPONENTE CURRICULAR: Seminário Temático: Direito, Artes e Literatura: Os Direitos Humanos na Vida e Obra de Pedro Casaldáliga

CARGA HORÁRIA: 30 horas

EMENTA

Narrativas literárias, narrativas artísticas e o Direito. Representações da justiça nas artes e na literatura. Direito e cinema. Direito e literatura. Direito e artes plásticas. Refletir e constituir um espaço de discussão voltado a observação, a reflexão, as convergências, discussões e potencialização de investigações que tenham conexões com o pensamento de Dom Pedro Casaldáliga e as dimensões das liberdades, luta pela terra e pelos povos em contextos de desigualdades e diferenças e em prol da Justiça Social. Apresentação de Trabalhos

OBJETIVOS



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA INSTITUTO
FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO
CAMPUS CONFRESA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E INOVAÇÃO PROPES-IFMT

Apresentar aos estudantes as várias nuances da atuação de Pedro Casaldáliga na defesa dos Direitos Humanos;
Oportunizar aos estudantes espaço para apresentarem suas pesquisas já concluídas ou em andamento a respeito dos Direitos Humanos na região.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CASALDÁLIGA, Pedro. **A cuia de Gedeão: poemas e autos sacramentais sertanejos**. Petrópolis: Vozes, 1968.

_____. **Uma Igreja da Amazônia em conflito com o latifúndio e a marginalização social**. Carta pastoral. 1971.

_____. **Creio na justiça e na esperança**. Rio de Janeiro. Ed. Civilização Brasileira. 1978.

_____. **Cartas marcadas**. São Paulo: Paulus, 2005.

ESCRIBANO, Francesc. **Descalço sobre a terra vermelha**. São Paulo: Ed. Unicamp, 2000.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ATHAYDE, Tristão de. De Anchieta a Casaldáliga. In: **Águas do tempo**. Cuiabá: Fundação Cultural de Mato Grosso, 1989.

BARROZO, João Carlos (org). São Leopoldo: Oikos; Unisinos; Cuiabá: EDUFMT, 2010.

BOFF, Leonardo. **Ecologia: grito da terra, grito dos pobres**. Rio de Janeiro: Sextante, 2004.

_____. **O Averso da Liberdade Igreja: Carisma e Poder**. Ensaio de Eclesiologia militante. Ed. Revista. Editora Record. Rio de Janeiro: São Paulo, 2005

_____. **A educação pela noite e outros ensaios**. 3.ed. São Paulo: Ática, 2003.

CASALDÁLIGA, Pedro. **As Águas do Tempo**. Fundação Cultural de Mato Grosso, 1989.

_____. **Cantigas Menores**. Goiânia: Editora UCG, 2003.

_____. **El tiempo y la espera**. Madrid. Santander Editorial Sal e Terr, 1986.

_____. **O martírio do padre João Bosco Burnier**. São Paulo: Loyola, 2006.

COMBLIN, José. **Cristãos rumo ao século XXI: nova caminhada de libertação**. 3ª edição, São Paulo, Paulus, 1996.

_____. **Antropologia Cristã**. trad. port., Petrópolis, Editora Vozes, 1992.

DELUMEAU, Jean; MELCHIOR BONNET, Sabine. **De religião e de homens**. [tradução Nadyir de Salles Penteadó]. São Paulo: Edições Loyola, 2000.

ESTERCI, Neide. **Conflito no Araguaia: peões e posseiros contra a grande empresa**.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA INSTITUTO
FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO
CAMPUS CONFRESA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E INOVAÇÃO PROPES-IFMT

Petrópolis: Vozes, 1987.

GOMES, Maria Henriqueta dos Santos. **Um Grande Ateliê: a arte a serviço da missão** (1977-2001). Cuiabá: UFMT, 2012. Dissertação (Mestrado em História na área de concentração: História, territórios e fronteiras), Universidade Federal de Mato Grosso, Campus Cuiabá, 2012.

GONZAGA, Agnaldo Divino. **Anel de Tucum: a missão evangelizadora de Pedro Casaldáliga, bispo da Prelazia de São Félix do Araguaia**. Goiânia: UCG, 2005. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião), Universidade Católica de Goiás, Campus Goiânia, 2005.

GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas – A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada**. São Paulo: Ática, 1987.

RIBEIRO, Hidelberto de Souza. **O migrante e a cidade: dilemas e conflitos**. Araraquara: Gráfica Wunderlich, 2001.

RIFATERRE, Michael. **Estilística Estrutural**. São Paulo: Cultrix, 1973.

SANT'ANNA, Afonso Romano. **Paródia, paráfrase & Cia**. 8ª ed. São Paulo. Ática, 2007.

SÁNCHEZ VÁZQUEZ, Adolfo. **Ética**. Tradução de João Dell'Anna. - 28ª ed.- Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

SARTRE, Jean Paul. **Que é a Literatura?** Trad. Carlos Felipe Moisés. São Paulo: Ed. Ática, 1989.

SKIDMORE, Thomas. **Uma história do Brasil**. 2ª. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

VEIGA, José Eli. **O que é reforma agrária**. Col. Primeiros Passos. São Paulo: Abril Cultural/Brasiliense, 1984.

SOARES, Luiz Antonio Barbosa. Trilhas e Caminhos: povoamento não indígena no Vale do Araguaia, parte Nordeste do Estado de Mato Grosso, na primeira metade do século XX. In: **Mato Grosso: A (re)ocupação da terra na fronteira amazônica (século XX)**.

SOUZA, Maria Aparecida Martins. A luta pela permanência na terra: a resistência dos posseiros de Santa Terezinha. In: **Mato Grosso: A (re)ocupação da terra na fronteira amazônica (século XX)**. BARROZO, João Carlos (org). São Leopoldo: Oikos; Unisinos; Cuiabá: EDUFMT, 2010.

VALÉRIO, Mairon Escorsi. **“Entre a cruz e a foice: D. Pedro Casaldáliga e a significação religiosa do Araguaia”**. Campinas: [s.n.], 2007. Dissertação de mestrado – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA INSTITUTO
FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO
CAMPUS CONFRESA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E INOVAÇÃO PROPES-IFMT

**Ementas Módulo II – Metodologia científica nos estudos de Direitos Humanos e Garantias
Fundamentais**

COMPONENTE CURRICULAR: Metodologia Científica
CARGA HORÁRIA: 60 horas
EMENTA
Métodos de pesquisa. A formulação do problema de pesquisa. A construção de hipóteses. A amostragem na pesquisa social. As técnicas de pesquisa no contexto da análise sociológica e jurídica. Técnicas de coleta de dados. Análise e interpretação de dados. Estruturação do projeto de pesquisa. Estruturação de trabalhos científicos para a disciplina “Seminário Temático: Direitos, Artes e Literatura- os Direitos Humanos na vida e obra de Pedro Casaldáliga” e para o TCC- Trabalho de conclusão de curso.
OBJETIVOS
Apresentar o discurso científico, organização do pensamento e a linguagem técnica apropriada à elaboração de um trabalho científico; Conhecer e usar os fundamentos, os métodos e as técnicas de elaboração da pesquisa científica, de forma a compreender e empregar as diretrizes do trabalho científico para formatação, indicação de citações, uso de fontes de informação e organização de referências.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA
DEMO, Pedro. Metodologia científica em ciências sociais . 2. ed., São Paulo: Atlas, 1989. DEMO, P. Metodologia do trabalho Científico . - São Paulo: Atlas, 2000. FONTAINHA, Fernando; HARTMANN, Ivar; CORRÊA, Ana Maria Macedo; ALVES, Camila; PITASSE, Katarina. Metodologia da Pesquisa . Rio de Janeiro: FGV Direito Rio, 2014. Disponível em: < http://diretorio.fgv.br/sites/diretorio.fgv.br/files/TCCI-METODOLOGIA DA PESQUISA 2014-1.pdf > acesso em out/2020. GIL, Antonio Carlos. Pesquisa social . São Paulo: Editora Atlas S. A. , 1995 LAKATOS, E.M.; MARCONI, M.A. Fundamentos de metodologia científica . 7. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2010.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR
ALBERTI, Verena. Manual de História Oral . 3a ed. Rio de Janeiro: FGV, 2008. Disponível em: http://books.google.com.br/books?id=vUFTgx7GXcC&lpg=PP1&hl=pt-BR&pg=PP8#v=onepage&q&f=false . BACHELARD, G. A psicanálise do fogo. São Paulo: Martins Fontes, 1999. BARBETTA, Pedro. Estatística para as ciências sociais . Florianópolis: UFSC, 2001



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA INSTITUTO
FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO
CAMPUS CONFRESA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E INOVAÇÃO PROPES-IFMT

- BARRAL, Welber. **Metodologia da pesquisa jurídica**. 4ª ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2010.
- BECKER, Howard S. **Métodos de pesquisa em ciências sociais**. São Paulo: Hucitec, 1993.
- CASTRO, Celso. **Pesquisando em arquivos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.
- CASTRO, Cláudio Moura. Memórias de um orientador de tese. In: NUNES, Edson Oliveira de. **A aventura sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1978.
- ECO, Umberto. **Como se faz uma tese**. 20ª ed. Trad. Gilson Cesar Cardoso de Souza. São Paulo: Perspectiva, 2005.
- ELIAS, Norbert. **Sobre o tempo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.
- FONSECA, Maria Guadalupe Piragibe. **Iniciação à Pesquisa no Direito: pelos caminhos do conhecimento e da invenção**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.
- GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1995.
- LEITE, Eduardo de Oliveira. **Monografia Jurídica**. 7ª ed. São Paulo: RT, 2006.
- MARCHI, Eduardo C. **Silveira. Guia de metodologia jurídica: teses, monografias e artigos**. 2ª ed. São Paulo: Saraiva, 2011.
- MATTAR, J. **Metodologia científica na era da informática**. 5ª ed. São Paulo: Saraiva, 2008.
- NICOLAU, Jairo. **Breve roteiro para redação de projetos de pesquisa**. Revista Estudos Políticos, n.6, p.345-353, 2013. Disponível em: <<http://revistaestudospoliticos.com/wp-content/uploads/2013/10/6p345-353.pdf>> acesso em out/2020
- OLIVEIRA, Luciano. Não fale do Código de Hamurabi! A pesquisa sócio-jurídica na pós-graduação em direito. In: **Sua excelência, o comissário**, p. 137-167. Rio de Janeiro: Letra Legal, 2004.
- RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social. Métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 1.985



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA INSTITUTO
FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO
CAMPUS CONFRESA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E INOVAÇÃO PROPES-IFMT

Ementas Módulo III - Instrumentos sócio-político-jurídicos na defesa de Direitos Humanos

COMPONENTE CURRICULAR: Direitos Humanos, democracia e movimentos sociais
CARGA HORÁRIA: 30 horas
EMENTA
<p>Direitos, garantias fundamentais e promoção de cidadania; Direitos Humanos e efetividade: fundamentação e processos participativos: efetividade dos direitos humanos sob os prismas das várias modalidades de participação fundamentada a conhecer no tratamento das situações de dissenso ou de antagonismo de interesse, as quais se compõem a partir da noção programática e vivencial de Estado Democrático de Direito, abrangendo não apenas o conhecimento dos procedimentos jurídicos formais, focados em contextos institucionalizados – legislação, administração, jurisdição –, como daqueles que se realizam mediante estratégias de composição de interesses em disputa (mediação, processos de negociação etc.), todos eles definidos na perspectiva individual e também naquela dos grupos e dos atores das cenas variadas que se impõem no cotidiano das cidades. O fundamento do direito de liberdade nas várias manifestações; O fundamento da igualdade nas várias manifestações; Direito Eleitoral, enquanto Direito à promoção de mudança social e jurídica.</p> <p>Sociedade, conflito e movimentos sociais: Concepções de desigualdade social, étnico-racial, pobreza, exclusão; Concepções de luta social; Pobreza-formas, naturalização e criminalização Direito Achado na Rua, Pluralismo Jurídico e Direitos Humanos; Acesso à Justiça. A relação entre o Direito e a Sociedade, contemplando uma pluralidade de enfoques e objetos de pesquisa. Refletir sobre estudos voltados para as reivindicações dos movimentos sociais e (re)conhecimento de novas práticas políticas e direitos, ou ainda nos estudos centrados na análise de processos institucionais de administração de conflitos e no acesso à justiça.</p>
OBJETIVOS
<p>Refletir sobre os mecanismos de proteção e defesa de direitos e garantias fundamentais, notadamente as elencadas na Constituição Federal de 1988;</p> <p>Discutir a efetividade dos direitos humanos sob os prismas das várias modalidades de participação no Estado Democrático de Direito</p> <p>Refletir sobre estudos voltados para as reivindicações dos movimentos sociais e (re)conhecimento de novas práticas políticas e direitos, ou ainda nos estudos centrados na análise de processos institucionais de administração de conflitos e no acesso à justiça.</p>
BIBLIOGRAFIA BÁSICA



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA INSTITUTO
FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO
CAMPUS CONFRESA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E INOVAÇÃO PROPES-IFMT

- BOURDIEU, P. **A Miséria do Mundo**. Petrópolis: Vozes, 1997.
- CAMAROTTI, I. e SPINK, P. **Parcerias e Pobreza: soluções locais na construção de relações sócio-econômicas**. Rio de Janeiro: FGV, 2000.
- EHRENREICH, B. **Miséria à Americana**. São Paulo: Record, 2004.
- ERICH FROMM: “O problema da consciência”, “A natureza do homem”, “Alienação. In: **Conceito Marxista do Homem**, cap. III, IV e V, pg. 29-63. Norbert Elias: O Processo Civilizador, vol. 2, Jorge Zahar Ed., 1998 Rio de Janeiro, pg. 193-206
- KARL MARX: **O Brumário de Luis Bonapart**. Disponível em: <<https://neppec.fe.ufg.br/up/4/o/brumario.pdf>> acesso em out/2020.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- ABRANCHES, S. H. **Os Despossuídos: crescimento e pobreza no país do milagre**. Rio de Janeiro: Zahar, 1985. Política Social e Combate à Pobreza. Rio de Janeiro: Zahar, 1987. DEMO, P. **Pobreza da Pobreza**. Petrópolis: Vozes, 2003.
- CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social uma crônica do salário**. Petrópolis: Vozes, 1998.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. **A Formação do MST no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2000.
- _____. **Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais**. Revista NERA número 6, 2005.
- _____. **Questão Agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial**. In: **Luta pela Terra, Reforma Agrária e Gestão de Conflitos no Brasil**. Antônio Márcio Buainain (Editor). Editora da Unicamp, 2008.
- FURTADO, B. A. **Índice de Vulnerabilidade das Famílias (2000-2010)**. Textos para Discussão 1835. Brasília: IPEA, 2013.
- GRACIA, Regina Leite (Org.) **Aprendendo com os movimentos sociais**. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.
- GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos Movimentos Sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. 4 ed. São Paulo: Loyola, 2004.
- _____. **História dos movimentos e lutas sociais: a construção da cidadania dos brasileiros**. São Paulo: Loyola, 1995.
- GRZYBOWSKI, Cândido. **Caminhos e descaminhos dos movimentos sociais no campo**. Petrópolis: Vozes, 1987.
- HASENBALG, Carlos Alfredo; SILVA, Nelson do Valle. **Origens e destinos:**



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA INSTITUTO
FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO
CAMPUS CONFRESA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E INOVAÇÃO PROPES-IFMT

- desigualdades sociais ao longo da vida.** Rio de Janeiro: Topbooks, 2003.
- HOBBSAWM, Eric. **Rebeldes e primitivos.** Barcelona: Editorial Ariel, 1983 [1959].
- LANDER, Edgardo. **La colonialidad del saber – eurocentrismo y ciencias sociales.** Buenos Aires: Clacso d/Iica, 2001. Ciências Sociais. Buenos Aires: Clacso.
- MELUCCI, Alberto. **A Invenção do presente.** Petrópolis: Vozes, 2001. Caps: 1 a 5.
- PEDON, Nelson Rodrigo. **Geografia e movimentos sociais: dos primeiros estudos à abordagem socioterritorial.** São Paulo: Editora UNESP, 2013.
- PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **Geo-grafias: movimientos sociales, nuevas territorialidades e sustentabilidad.** México: Ed. Siglo XXI, 2001a.
- _____. **Da Geografia às geo-grafias: um mundo em busca de Novas Territorialidades.** In _____ CECEÑA, _____ b. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/cecena/porto.pdf>> acesso em out/2020.
- _____. A Geograficidade do social: uma contribuição para o debate metodológico sobre estudos de conflitos e movimentos sociais na América Latina. in SEOANE, Jose. (Org.). **Movimientos sociales y conflicto en América Latina.** Buenos Aires: Clacso-Osal, 2003, v., p. 261-277.
- SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- SCHERER-WARREN, Ilse. **Redes de movimentos sociais na América Latina - caminhos para uma política emancipatória?** Cadernos CRH vol.21 no.54 Salvador set./dez. 2008
- _____. **Movimentos sociais no Brasil contemporâneo.** História: Debates e Tendências. Ed. da UPF, 2008b.
- SIMONETTI, M. C. L. (Org) **A(in)sustentabilidade do desenvolvimento: meio ambiente, agronegócio e movimentos sociais.** Cultura Acadêmica/UNESP: São Paulo. 2011.
- TARROW, Sidney. **O poder em movimento: movimentos sociais e confronto político.** Petrópolis, Vozes, 2009.
- TOURAINÉ, Alain. **Na fronteira dos movimentos sociais.** In Sociedade e Estado, vol. 21, no. 1, jan./abril de 2006.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA INSTITUTO
FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO
CAMPUS CONFRESA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E INOVAÇÃO PROPES-IFMT

CARGA HORÁRIA: 45 horas

EMENTA

Igualdade, respeito às diferenças e grupos vulneráveis: dimensões do conceito de igualdade na teoria jurídica e política contemporânea, a partir de além da Teoria da Justiça de John Rawls. Igualdade e Estado contemporâneo: a efetivação dos direitos sociais. Direito e Políticas Públicas: universalismo e do focalismo. Igualdade e respeito às diferenças: gênero, raça, povos. Significado dos grupos vulneráveis. Direitos das Pessoas com Necessidades Especiais. Direito das crianças: liberdade e não-violência. Direitos das Mulheres. Idosos. Refugiados e migrantes. LGBTQIA+; Desigualdades étnico-raciais, justiça e políticas públicas: construção sociocultural do racismo e a necessidade de clareza conceitual acerca de raça, racismo, preconceito, discriminação, etnicidade e igualdade. História e memória da luta de negros e indígenas por garantias de direitos fundamentais: terra, cultura e cidadania. As especificidades da desigualdade étnico-racial no cenário das desigualdades no Brasil e uma possível concretização do princípio constitucional da igualdade. O impacto da desigualdade étnico-racial nas interações socioculturais e as propostas de ações afirmativas e políticas públicas que visam o respeito à diversidade étnico-racial. Organização e participação social dos indígenas no Brasil. Movimentos sociais negros no Brasil. Direitos indígenas no plano internacional: ONU, OEA, OIT. Cidadania indígena e diálogo intercultural. Direitos intelectuais dos povos indígenas e quilombolas: conhecimento tradicional e patrimônio genético. A proteção jurídica dos Populações Tradicionais- decreto 6.040/2007 e Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho. Imigrantes, Refugiados na contemporaneidade. Diversidade Sexual: gênero, identidades e população LGBTQIA+.

OBJETIVOS

Apresentar a construção histórica da legislação voltada à garantia de direitos sociais como resultado da luta dos vários sujeitos de direito;
Estudar as principais leis nacionais e internacionais que visam garantir os Direitos Humanos fundamentais;
Dar suporte teórico para a atuação dos estudantes na defesa dos Direitos Humanos em sua realidade sócio-política e econômica.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ADORNO, S. **Discriminação Racial e Justiça Criminal em São Paulo**. Novos Estudos. nov. 1995, p. 45-63 (aula 3). Disponível em: <http://novosestudos.org.br/v1/files/uploads/contents/77/20080626_discriminacao_racial2.pdf> acesso em out/2020.

FRASER, N. **Da Redistribuição ao Reconhecimento. Dilemas da justiça numa era “pós-socialista”**. Trad. J. A. Simões. Cadernos de campo, São Paulo, n. 14/15, p. 1-382, 2006 (aula 4). Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/cadernosdecampo/article/viewFile/50109/54229>> acesso em out/2020.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA INSTITUTO
FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO
CAMPUS CONFRESA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E INOVAÇÃO PROPES-IFMT

LÉVI-STRAUSS, C. **Race and History**. Unesco: Paris, 1952. v. em português (aula 2). Disponível em: <<http://charlezine.com.br/wp-content/uploads/Ra%C3%A7a-e-Hist%C3%B3ria-L%C3%A9vi-Strauss.pdf>> acesso em out/2020.

SANTOS, C. J. **Racismo ou Injúria Qualificada?** Revista Justitia. 2006 (aula 5). Disponível em: <<http://www.revistajustitia.com.br/artigos/a35c5x.pdf>> acesso em out/2020.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALENCASTRO, L. F. de. Vida Privada e Ordem Privada no Império. In. NOVAIS (org) **História da Vida Privada no Brasil**. Vol. II. (Luis Felipe de Alencastro, org. do volume). São Paulo; Companhia das Letras, 1997, pp. 11-95. (aula 1)

ALENCASTRO, L. F. de. Epílogo. in. NOVAIS (org) **História da Vida Privada no Brasil**. Vol. II. (Luis Felipe de Alencastro, org. do volume). São Paulo; Companhia das Letras, 1997(a), pp. 438-440. (aula 1)

ABRAMOWICZ, Anete; RODRIGUES, Tatiane Cosentino; CRUZ, Ana Cristina Juvenal da. **A diferença e a diversidade na educação**. Contemporânea: Revista de Sociologia da UFSCar, São Carlos, v. 2, p. 85-97, 2011.

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei nº 13.409, de 28 de dezembro de 2016**. Brasília, DF, 2016.

_____. **Constituição Política do Império do Brasil**. 25/03/1824. (aula 1). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao24.htm> acesso em out/2020.

_____. **Mapa do Encarceramento: os jovens do Brasil/Secretaria-Geral da Presidência da República**. Brasília. 2014. (aula 3). Disponível em: <<http://juventude.gov.br/articles/participatorio/0009/3230/mapa-encarceramento-jovens.pdf>> acesso em out/2020.

BUZAR, Francisco José Roma. **Interseccionalidade entre raça e surdez: a situação de surdos (as) negros (as) em São Luís - MA**. 2012. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade de Brasília, Brasília.

CARVALHO, José Jorge de. Ações Afirmativas para negros na pós-graduação, nas bolsas de pesquisa e nos concursos para professores universitários como resposta ao racismo acadêmico. In: **Educação e ações Afirmativas: entre a injustiça simbólica e a injustiça econômica**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2003.

_____. **Inclusão Étnica e Racial no Brasil: a questão das cotas no ensino superior**. 2ed. São Paulo: Attar Editorial, 2006.

CASTRO, Sabrina Fernandes de; ALMEIDA, Maria Amélia. **Ingresso e permanência de alunos com deficiência em universidades públicas brasileiras**. Rev. bras. educ. espec.,



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA INSTITUTO
FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO
CAMPUS CONFRESA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E INOVAÇÃO PROPES-IFMT

Marília, v. 20, n. 2, p. 179-194, June 2014. Available from. Acesso on 15 Jan. 2018.
CASTRO, Sabrina Fernandes de. **Ingresso e permanência de alunos com deficiência em universidades públicas brasileiras.** 2011. Tese (Doutorado em Educação Especial) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos.

FERREIRA, R. A. **Os grupos minorizados transformados em informação: representações, ideologias e construções da imagem de afro-brasileiros no jornalismo.** ACTAS DO III SOPCOM, VI LUSOCOM e II IBÉRICO – Volume III. Estudos Culturais e de Gênero. 649-655. (aula 2). Disponível em: <<http://bocc.ubi.pt/pag/ferreira-ricardo-os-grupos-minorizados-transformados-em-informacao.pdf>> acesso em out/2020

GOMES, Nilma Lino. Educação e relações raciais: Discutindo algumas estratégias de atuação. In: MUNANGA, K. (Org.). **Superando o racismo na escola.** Brasília: MEC, 1999.

_____. **Movimento Negro e educação: ressignificando e politizando a raça.** Educ. Soc., Campinas, v. 33, n. 120, p. 727-744, jul.-set. 2012.

_____. **Práticas Pedagógicas de Trabalho com Relações Étnico-Raciais na Escola na Perspectiva da Lei 10.639/03.** Brasília: MEC/UNESCO, 2012.

_____. Diversidade étnico-racial e Educação no contexto brasileiro: Algumas reflexões. In: GOMES, Nilma Lino (Org.). **Um olhar além das fronteiras: Educação e relações raciais.** Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

_____. Educação e relações raciais: Refletindo sobre algumas estratégias de atuação. In: MUNANGA, Kabengele. **Superando o Racismo na Escola.** Brasília: MEC/SECAD. 2005.

_____. **Relações étnico-raciais, educação e descolonização dos currículos.** Currículo sem Fronteiras, v.12, n.1, pp. 98-109, Jan/Abr 2012. Disponível em <<http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wp-content/uploads/2012/11/curr%C3%ADculo-e-rela%C3%A7%C3%B5es-raciais-nilma-lino-gomes.pdf>> acesso em out/2020.

_____. **Trajetórias escolares, corpo negro e cabelo crespo: reprodução de estereótipos ou ressignificação cultural?** Revista Brasileira de Educação, nº 21, set-out-nov-dez. de 2002.

MOTTA, J. F. M. **Pessoas que eram coisas que eram pessoas...e cultivavam, não obstante, suas relações familiares. Resenha de Na Senzala uma Flor, de Robert Slenes.** Afro-Ásia, 48 (2013), 425-431. (aula 1). Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/afro/n48/a16n48.pdf>> acesso em out/2020.

SCHWARCZ, R. **Ideias fora de Lugar.** In. Id. Ao vencedor as batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro. São Paulo: Duas Cidades. Ed. 34, 2000, pp. 9-31. (aula 1). Disponível em: <http://chafic.com.br/chafic/moodle/file.php/1/Biblioteca_Virtual/Filosofia_e_Sociologia/As_ideias_fora_do_lugar.pdf> acesso em out/2020.

SLENES, R. FARIA, S. C. **Família escrava e trabalho.** Tempo, Vol. 3. N. 6, Dezembro, de



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA INSTITUTO
FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO
CAMPUS CONFRESA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E INOVAÇÃO PROPES-IFMT

1998.	(aula	1).	Disponível	em:
https://drive.google.com/file/d/0B-1QpuBQCfBdXZjRUIONUZaR00/view?usp=sharing >				
acesso em out/2020.				
YOUNG, I. M.	Representação Política, Identidade e Minorias.	Lua Nova.n. 67.	São Paulo,	2006.
	(aula	4).	Disponível	em:
< http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452006000200006 >				
acesso em out/2020.				

COMPONENTE CURRICULAR: Direito, Cidadania e Segurança Pública

CARGA HORÁRIA: 30 horas

EMENTA

Análises do poder punitivo, das relações de poder e da constituição do Estado. Ideologias penais. Seletividade penal. Estudos criminais: modelos biológicos, sociológicos e psicológicos. O controle da violência e a violência do controle. Políticas criminais. Políticas penitenciárias. Novos modos e técnicas de monitoramento do infrator. Políticas públicas de segurança. Sistema penal e cidadania. Direito Penal e Direitos Humanos. Abolicionismo, descriminalização e redução de penas. Direito Penal do Inimigo e seus críticos. Legitimidade do direito de punir. Prevenção de delinquência. Sociedade de Riscos e Direito Penal e Processual Penal: tensos equilíbrios entre o Direito Penal Liberal e o Direito Penal Moderno; âmbitos de tutela nacionais e internacionais; Princípios constitucionais do direito, do processo e da execução penal. Conceitos de fronteira, soberania e segurança pública. Segurança e soberania na região fronteira. Segurança Pública na Constituição Federal. Acesso à Justiça em matéria criminal- sujeitos, atores e caminhos.

OBJETIVOS

Estudar a organização do sistema de justiça do Brasil;
Apresentar os fundamentos teóricos e a discussão atual relativa ao Direito, Cidadania e Segurança Pública;
Dar suporte aos estudantes para que possam realizar denúncias de violações de Direitos Humanos, indicando os caminhos judiciais existentes no país.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BÁSICA BARATTA, Alessandro. **Criminologia Crítica e Crítica do Direito Penal: introdução à sociologia do direito penal.** Rio de Janeiro: ICC/Revan, 2000.

CARVALHO, Salo. **Anti-Manual de Criminologia.** São Paulo: Saraiva, 2013.

GAUER, Ruth Maria Chittó. **Criminologia e Sistemas jurídicos – Penais Contemporâneos.** Porto Alegre: EDIPUCRS, 2012.

ZAFFARONI, E. Raúl. **Em busca das penas perdidas: a perda de legitimidade do**



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA INSTITUTO
FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO
CAMPUS CONFRESA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E INOVAÇÃO PROPES-IFMT

sistema penal. Tradução de Vânia Pedrosa e Amir da Conceição. Rio de Janeiro: 2001, 5ª edição

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

LOPES JUNIOR, Aury. **Direito Processual Penal e sua conformidade constitucional.** 9ª ed..São Paulo: Saraiva, 2018.

MAXIMILIANO, Carlos. **Hermenêutica e aplicação do direito.** 3ª ed., Rio de Janeiro: Livraria Editora Freitas Bastos, 1941, p. 217 a 229. PACHELLI DE OLIVEIRA, Eugênio. **Curso de Processo Penal.** 16ª ed.. São Paulo: Atlas, 2012.

SOUZA, Carlos Aurelio Mota de. **Segurança Jurídica e Jurisprudência: um enfoque filosófico-jurídico.** São Paulo: LTr, 1996, p. 139 a 159. GARCEZ NETO, Martinho. Função criadora da jurisprudência, in Revista EMERJ, v. 5, n. 19, 2002, p. 46 a 52.

WACQUANT, Loïc. **As prisões da miséria.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

WOLFGANG, Marvin E.; FERRACUTI, Franco. **The subculture of violence.** London: Tavistock, 1969.

ZAFFARONI, E. Raúl. **O inimigo no Direito Penal.** Rio de Janeiro: Revan, 2007.

COMPONENTE CURRICULAR: Direito, Meio Ambiente e Desenvolvimento

CARGA HORÁRIA: 30 horas

EMENTA

Direito, sustentabilidade e Meio Ambiente – Pós modernidade; Desenvolvimento, conceitos, avanços e impasses; Direito à saúde e segurança no meio ambiente do trabalho, proteção legal do meio ambiente do trabalho e prevenção dos riscos, assédio moral nas relações de trabalho, inspeção do trabalho, acidentes do trabalho, responsabilidade e reparação dos danos causados à saúde do trabalhador e ao meio ambiente do trabalho e a legislação nacional trabalhista.

Os novos direitos: a partir e além dos Direitos Agrários, Agroambiental e Socioambiental - Propriedade: base filosófica e legislação atual. Espacialidade, subjetividade e territorialidade modernas – configuração, relação e transformação; Direitos agrário e ambiental – nova epistemologia. Princípios constitucionais agrários. Tutela jurídica do ecoturismo no direito ambiental brasileiro. Agropecuária sustentável em face do direito ambiental brasileiro. A



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA INSTITUTO
FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO
CAMPUS CONFRESA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E INOVAÇÃO PROPES-IFMT

reforma agrária e os procedimentos expropriatórios. Latifúndio, criminalidade rural e consequências urbanas; A proteção de bens e direitos socioambientais em sociedades sustentáveis para os presentes e as futuras gerações por meio do Direito, concebido como um importante instrumento de regulação social. Biodiversidade, Sociodiversidade e os Direitos de Coletividades (povos, culturas, minorias, grupos sociais) e a Manutenção da Vida; Agroecologia; Bem-viver-conceito, paradigmas e debates contemporâneos.

OBJETIVOS

Refletir sobre: Pós-modernidade, globalização e universalização dos direitos humanos e a noção atual de sustentabilidade pelas dimensões do meio ambiente, transformação econômica e impactos sociais;

Estudar a problemática agrária e agrícola da região, com seus impactos sobre o meio ambiente, a biodiversidade e a vida das comunidades presentes no território;

Apresentar modelos alternativos de desenvolvimento que levam em consideração conceitos como o Bem –viver.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

ECHEVERRI, Rafael; RIBERO, Maria Pilar. **Ruralidade, territorialidade e desenvolvimento sustentável**. Brasília: IICA, 2005. 195 p.

FILHO, Carlos Frederico Marés de Souza Filho. Introdução ao Direito Socioambiental. In: LIMA, André. **O direito para o Brasil socioambiental**. Porto Alegre: Fabris, 2002.

FURTADO, Celso. **O Mito do Desenvolvimento Econômico**. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1996. 89 p.

VEIGA, José Eli da. **Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI**. 2. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2006. 226 p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ACOSTA, Alberto. **O bem viver. Uma oportunidade para imaginar outros mundos**. São Paulo: Editora Autonomia Literária, 2016.

ALVES, Vicente Eudes Lemos. **A mobilidade sulista e a expansão da fronteira agrícola brasileira**. Agrária, São Paulo, n. 2, p. 40-68, 2005.

BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade: tratado de Sociologia do conhecimento**. 29. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. 247 p.

BRASIL. **Lei n. 8.629, de 25 de fevereiro de 1993**. Dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/leis/L8629.htm>> acesso em out/2020.

CAMARANO, Ana Amélia e ABRAMOVAY, Ricardo. **Êxodo rural, envelhecimento e**



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA INSTITUTO
FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO
CAMPUS CONFRESA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E INOVAÇÃO PROPES-IFMT

masculinização no Brasil: Panorama dos últimos cinquenta anos. XXI Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciências Sociais: ANPOCS; Caxambu, mimeo, 1998.

FERREIRA, Maria Saleti Ferrez Dias. **Mato Grosso: impacto ambiental na área de abrangência da BR-364.** Brasília: CNPq, 1989. 40 p.

LEFF, Enrique. **A aposta pela vida. Imaginação sociológica e imaginários sociais nos territórios ambientais do sul.** Petrópolis: Vozes, 2016.

MATTEI, Lauro. **A relevância da família como unidade de análise nos estudos sobre pluriatividade.** Revista de Economia e Sociologia Rural. v. 45, n.4, p. 1055-1073, 2007.

MORENO, Gislaene; HIGA, Tereza Cristina Souza (Org.). **Geografia de Mato Grosso: território, sociedade, ambiente.** Cuiabá: Entrelinhas, 2005. 296 p.

NAVARRO, Zander. **Desenvolvimento Rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos o futuro.** Revista Estudos Avançados, v.15 n. 43, São Paulo, set./dez. 2001. p. 83-100.

SANTILLI, Juliana. **Socioambientalismo e novos direitos.** São Paulo: Editora Fundação Peirópolis, 2005.

SÁ, Julio Cesar de; SERRA, Ordep (orgs). **Direito ambiental, conflitos socioambientais e comunidades tradicionais.** Salvador, Edefba, 2015.

SHIRAISHI NETO, Joaquim. **Direito dos povos e das comunidades tradicionais no Brasil: declarações, convenções internacionais e dispositivos jurídicos definidores de uma política nacional.** Manaus: UEA, 2007. Disponível em: <<https://psicodrama.org.br/wp-content/uploads/2012/06/Direito-dos-povos-e-dascomunidades-tradicionais-no-Brasil.pdf>> acesso em out/2020.

SOUSA SANTOS, Boaventura; MENESES, Maria Paula G. de; NUNES, João Arriscado. Introdução: para ampliar o cânone da ciência: a diversidade epistemológica do mundo. In: SOUSA SANTOS, Boaventura. **Semear novas soluções. Os caminhos da biodiversidade e dos conhecimentos rivais.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

SOUSA SANTOS, Boaventura. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia dos saberes. In: SOUSA SANTOS, Boaventura; MENESES, Maria Paula G. **Epistemologias do Sul.** São Paulo, Cortez, 2010.

VEIGA, José Eli da. **Cidades imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula.** 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2003. 304 p.

COMPONENTE CURRICULAR: Direito, Controle Social e Terceiro Setor

CARGA HORÁRIA: 45 horas



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA INSTITUTO
FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO
CAMPUS CONFRESA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E INOVAÇÃO PROPES-IFMT

EMENTA

Participação e controle social. Estado patrimonial, burocrático, desenvolvimentista e pós-burocrático. Emergência de novos sujeitos e a instituição de mecanismos democráticos de gestão social (o sistema de poder local, aparelhos, equipamentos e mediações. Municipalização, regionalização). Gestão democrática direta e indireta e a articulação com movimentos populares, partidos políticos e ONG's. Principais entraves institucionais e políticos à gestão democrática. Democracia Participativa e Desenvolvimento. Direitos do Cidadão: acesso à justiça, remédios constitucionais e instituições.

Conceitos de Terceiro Setor, Economia Social e Economia Solidária. Natureza e ação sócio-econômica de organizações não governamentais, fundações, institutos, cooperativas, associações comunitárias, organizações da sociedade civil de caráter público (OSCIP) e de entidades filantrópicas. Formas de gestão das Organizações do Terceiro Setor. O empreendedorismo social (coletivo e institucional). O processo de planejamento e a gestão de projetos. A interface entre as organizações do terceiro setor, o Estado e o mercado na coprodução dos serviços públicos. Papel das redes e novos arranjos institucionais. Experiências e legislação. Estudos de casos nacionais e internacionais com interfaces dos Direitos Humanos.

OBJETIVOS

Apresentar os vários mecanismos existentes no Estado que possibilitam a participação dos cidadãos na efetivação de políticas públicas;
Refletir como se dá a efetivação da participação da sociedade civil no Controle social;
Compreender a organicidade e atuação de instituições do terceiro setor e seu papel na defesa de garantias fundamentais e fomento do desenvolvimento social.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BOURDIEU, Pierre. **Sobre o Estado**. São Paulo: Cia das Letras, 2014.

MAZZUCATO, Mariana. **O estado empreendedor: desmascarando o mito do setor público vs. setor privado**. São Paulo: Cia das Letras, 2014.

SOUZA NETO, Cláudio Pereira de. **Teoria Constitucional e Democracia Deliberativa: Um estudo sobre o papel do Direito na garantia das condições para a cooperação na deliberação democrática**. Rio de Janeiro: Renovar, 2006.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ANDION, C. **Gestão em organizações da economia solidária: contornos de uma problemática**, in Revista de Administração Pública, 32(1): 7-25. Rio de Janeiro: FGV, 1998b 3.

CARNOY, M. **Estado e teoria política**. 6. ed. Campinas: Papyrus, 2000

FARIA, J. H.; FARIA, J. R. V. de. Organizações sociais e relações de poder. In:



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA INSTITUTO
FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO
CAMPUS CONFRESA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E INOVAÇÃO PROPES-IFMT

PIMENTA Solange Maria; SARAIVA Luiz Alex Silva;

CORRÊA Maria Laetitia. **Terceiro Setor: Dilemas e Polêmicas**. São Paulo: Saraiva. (no prelo). 2006. FARIA, J. R.V. de. Autogestão. In: GEDIEL, José Antonio Peres (org.). Estudos de Direito Cooperativo e Cidadania. Curitiba: UFPR, 2006. P. 113- 124. 7.

FRANÇA FILHO, G. C. de; LAVILLE, J.-L. **A economia solidária: uma abordagem internacional**. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

GANDIN, D. **A prática do planejamento participativo**. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

MARTINS, C. E. **Globalização, dependência e neoliberalismo na América Latina**. Rio de Janeiro: Boitempo, 2011.

MÉSZÁROS, István. **A montanha que devemos conquistar**. Rio de Janeiro: Boitempo, 2014.

MONTAÑO, C. (2005) **Terceiro setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social**. 3.ed. São Paulo: Cortez.

SOUZA, Jessé de. **A elite do atraso**. Rio de Janeiro: Leya Casa da Palavra, 2017.

_____. **A radiografia do golpe**. Rio de Janeiro: Leya Casa da Palavra, 2016.

TOCQUEVILLE, Alexis. **A democracia na América**. Trad.: Neil Ribeiro da Silva. 2.ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1998; São Paulo: Ed. Da Universidade de São Paulo, 1987.

ZAGREBELSKY, Gustavo. **A crucificação e a democracia**. São Paulo: Saraiva, 2011.

COMPONENTE CURRICULAR: Seminário Temático: Pesquisa e suas implicações Éticas, Políticas, Afetivas, Pessoais etc

CARGA HORÁRIA: 30 horas

EMENTA

Compreender as dimensões do processo de pesquisar: a definição do tema e do contexto da pesquisa, a construção do objeto, a inserção em campo e a(s) posição(ões) do(a) pesquisador(a), a constituição de dados, perspectivas analíticas e procedimentos empregados para a elaboração de textos.

OBJETIVOS

Problematizar o processo de pesquisa e suas implicações para pesquisador e campo.
Dar ferramentas aos discentes para que tenham condições de pensar projetos de pesquisa e executá-los.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA INSTITUTO
FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO
CAMPUS CONFRESA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E INOVAÇÃO PROPES-IFMT

MARQUES, Ana Claudia; VILELA, Jorge. **O que se diz, o que se escreve: etnografia e trabalho de campo no sertão de Pernambuco.** Revista de Antropologia, i. 48, n. 1, p. 37/74, 200r.<http://dx.doi.org/10.1r90/S0034m7701200r000100002>

ALBERT, Bruce. **“Situação Etnográfica” e Movimentos Étnicos. Notas sobre o trabalho de campo pós malinowskiano.** Campos 1r(1):129m144, 2014. <https://revistas.ufpr.or/campos/article/view/42993/270442> m

SOUZA, Patrícia Lânes Araújo de. **Entre becos e ONGs: etnografia sobre engajamento militante, favela e negritude.** Tese de doutorado em Antropologia, UFF, Niterói, 2017 (Introdução e Capítulo 1). <http://ppgantropologia.sites.uf.or/wpmcontent/uploads/sites/16/2016/07/PATR%C3%8DCIAmL%C3%82NESmARAUJOmDEmSOUZA.pdf>> acesso em out/2020.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

COSTA CRUZ, Denise Ferreira da. **Que leveza busca Vanda? Ensaio sobre cabelos no Brasil e em Moçambique.** Tese de Doutorado em Antropologia, UnB, Brasília, 2017. Disponível em: <http://repositorio.uno.or/oitstream/10482/31699/1/2017oDeniseFerreiradaCostaCruz.pdf>> acesso em out/2020.

BARRETO, João Paulo Lima. **Wai-Mahsã: peixes e humanos Um ensaio de Antropologia Indígena.** Dissertação de mestrado em Antropologia Social. UFAM/PPGAS, Manaus, 2013 (Introdução e Capítulo 1). Disponível em: <http://www.ppgas.ufam.edu.or/atachments/artcle/8/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20m%20Jo%C3%A3o%20Paulo%20Lima%20Barreto%20m%20WaimMahs%C3%A3....pdf>> acesso em out/2020.

MELO, Eriki Aleixo de. **“Que história devo contar?”: experiências das aulas de história com alunos do Magistério Indígena Tamíkan.** (No prelo).

RAMOS, Alcida R. **Por uma crítica indígena da razão antropológica.** Série Antropologia, 4rr, UnB, Brasília, 2016. Disponível em: <http://www.dan.uno.or/images/pdf/serieoantropologia/Serieo4rr.pdf>> acesso em out/2020.

11 PERIODICIDADE

Considerando que os discentes do curso de Especialização em Direitos Humanos e Garantias Fundamentais serão profissionais que atuam em várias regiões do país, este projeto foi elaborado para a oferta de suas disciplinas em módulos, com oferta presencial e momentos à distância, que ocorrerão em finais de semanas (sexta, sábado e domingo), com intervalos em torno de 2 a 4 semanas entre as disciplinas. Para a integralização de cada disciplina será cumprido um total de 30 ou 45 horas, conforme o componente curricular, incluso as atividades



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA INSTITUTO
FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO
CAMPUS CONFRESA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E INOVAÇÃO PROPES-IFMT

dirigidas online e pesquisas para serem desenvolvidas de maneira a articular a teoria com a prática, sendo realizadas no período entre o final de semana de início e o final de semana de término da disciplina.

12 METODOLOGIA

A metodologia do curso terá a concepção dialética como sustentáculo, de modo que a problematização/reflexão e as mobilizações dos saberes e conhecimentos serão fatores dialógicos para aprofundamento das discussões e estudos oportunizados a partir do ementário. Assim, o processo formativo proposto pelo presente curso sustenta-se nos princípios da dialogicidade e rede de conhecimentos, devendo sempre refletir a realidade do território Araguaia/Xingu.

O curso será ofertado na modalidade semipresencial, do face-a-face na maioria dos momentos, todavia será empregado Novas Tecnologias de Comunicação (NTCs) na prática docente e no processo de ensino-aprendizagem dos discentes, com momentos de interação online.

O curso atende aos requisitos propostos na Resolução 03/2007-CONEPE e Resolução 13/2013-CONSUNI, nas quais detalham, dentre outras questões, o corpo docente, as funções dos participantes do processo de implementação e efetivação do curso, quais sejam: Coordenação do Curso, Docentes, além de Monitores presenciais.

É importante deixar às claras que o presente projeto de especialização é qualificado como semi-presencial, contando com 80% (oitenta por cento) das aulas presenciais e no e 20% (vinte por cento) da carga horária na modalidade à distância, sendo usado todo o suporte de plataforma e tutorias.

Neste sentido, a presente especialização contará com coordenação partilhada, 1 Coordenador Pedagógico do IFMT - Campus Confresa, 1 Coordenador Pedagógico do CDHDPC e 1 monitor. Os Coordenadores Pedagógicos receberão pró-labore do CDHDPC e um dos estudantes do curso será monitor e receberá bolsa Dom Pedro Casaldáliga pelo CDHDPC.

Trata-se, portanto, de aprendizagem colaborativa, na qual há promoção de interações, troca de experiências e saberes para que a equipe desenvolva a criatividade, iniciativa,



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA INSTITUTO
FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO
CAMPUS CONFRESA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E INOVAÇÃO PROPES-IFMT

sociabilidade, capacidade de expressão, organização, liderança, postura ética, capacidade técnica, humana, científica e cultural.

As atividades docentes serão delineadas em três momentos:

-Momento de interação e planejamento docente: nos polos de apoio presencial, com os docentes das disciplinas, serão garantidos momentos de interação, estudos, reflexões, debates, avaliação de conteúdos e realização de trabalho;

- Aulas presenciais: no Centro Pastoral Padre Josimo, onde o docente ministrará o seu módulo de estudo aos discentes, conforme metodologia do curso e ementário pré-definidos.

-Momentos não-presenciais: as atividades serão organizadas em ambiente virtual- moodle , no intuito de dar o suporte para o processo formativo dos discentes. A tutoria será ativa, isto é, estimulará os discentes a interagirem por meio das ferramentas de comunicação disponíveis na plataforma moodle. Poderão ser utilizados chats, fóruns, seminários, web-conferência, atendimento virtual, dentre outros. As aulas cursadas virtualmente permanecerão disponíveis no AVA durante todo o curso, com a finalidade de oferecer suporte a consultas posteriores.

Sob este prisma, vale registrar que poderá ocorrer atividades complementares (aulas de campo, seminários, visita técnica, atividades práticas, dentre outras), devendo ser acompanhadas pelo docente responsável pela disciplina. É imprescindível a presença mínima de 75% de alunos mais o professor em cada uma das disciplinas.

O docente deverá selecionar, antes da realização do módulo, o acervo bibliográfico e os materiais que deverão ser disponibilizados em meio digital e físico aos alunos para a realização das atividades em sala, bem como aquelas relacionadas às atividades avaliativas e complementares que tem a pretensão de desenvolver qualitativamente os conhecimentos e saberes científicos e metodológicos sobre os temas propostos em cada módulo, conforme ementa da disciplina. A digitalização e organização dos materiais no sistema ocorrerão com apoio de Monitor.

Para obter o certificado do curso de pós-graduação lato sensu, o aluno deverá: I. obter aproveitamento mínimo de 70% (setenta por cento), aferido na média das atividades de



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA INSTITUTO
 FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO
 CAMPUS CONFRESA
 PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E INOVAÇÃO PROPES-IFMT

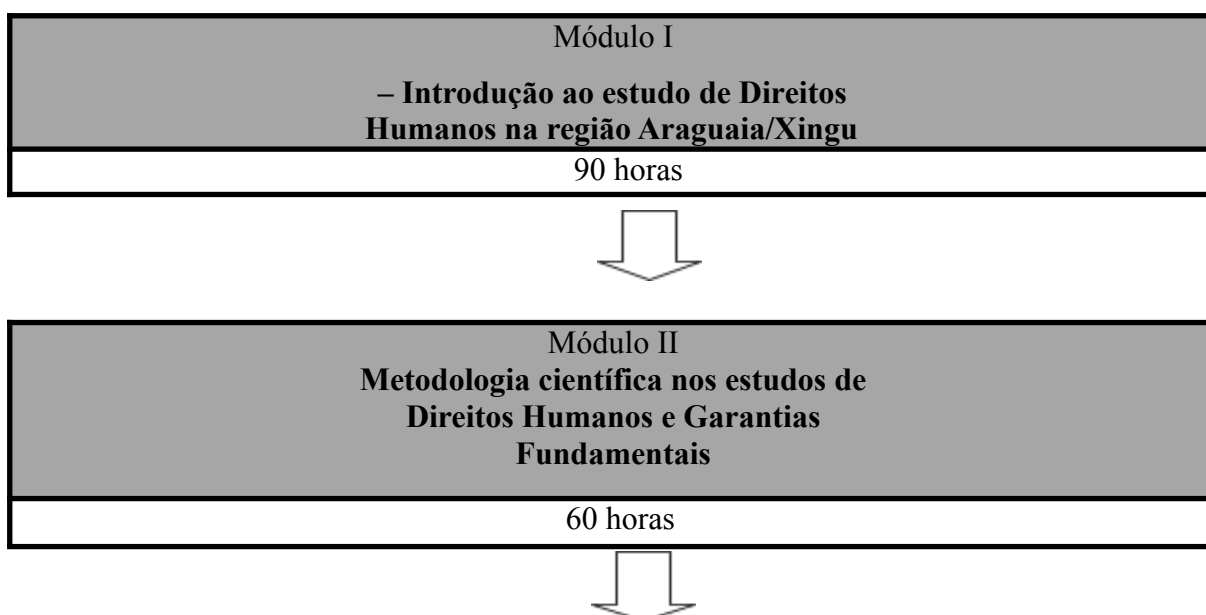
avaliação, em cada disciplina; II. aprovação do trabalho individual de conclusão do curso. Ademais, o aproveitamento de disciplinas já realizadas pelos estudantes em outros cursos de pós-graduação lato sensu para a integralização da carga horária pode ser feito desde que observado as orientações do Regulamento Didático do IFMT, Resolução CONSUP/IFMT nº 081/2020.

O Curso de Especialização tem carga horária de 360 horas, nestas não está computado o tempo reservado, obrigatoriamente, para as atividades laborais, de modo individual, na feitura do trabalho de conclusão do curso (Resolução CNE/CES nº 1 de 2018).

Cumprindo o permissivo legal, a Especialização será desenvolvida em 1 (um) ano, conforme estatui o parágrafo único do artigo 6º da Resolução 13/2013-Ad Referendum- CONEPE.

De tal modo, os encontros presenciais do curso serão realizados, com intervalo entre duas ou quatro semanas, nas sextas-feiras, sábados e domingos, em período integral (das 7 às 11 horas, das 13 às 17 horas e das 19 às 23 horas).

13 FLUXOGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DO CURSO





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA INSTITUTO
FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO
CAMPUS CONFRESA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E INOVAÇÃO PROPES-IFMT

<p>Módulo III Instrumentos sócio-político-jurídicos na defesa de Direitos Humanos</p>
<p>210 horas</p>

O tempo previsto para conclusão do curso é de no MÍNIMO 12 (doze) meses e no MÁXIMO 18 (dezoito) meses, dentre os quais, serão necessários em torno de 13 (treze) encontros, em 03 (três) módulos; além do prazo para elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso que poderá ocorrer no período simultâneo às disciplinas ou posteriormente. Mediante justificativa ou ainda em casos omissos a este PPC, o Colegiado do Curso fará a avaliação, podendo prorrogar o prazo de integralização do curso.

14 AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

A avaliação é aqui entendida como um momento de aprendizado, sendo necessário um ressignificar de seu valor no/para o ensino, pois esta é parte do ensino e da aprendizagem. De tal modo, vê-se que no complexo educativo, tanto os professores como os alunos devem ter uma leitura crítica a respeito do ato de avaliar, devendo este ser compreendido como uma fonte inesgotável de possibilidade de construção, desconstrução e reconstrução do saber.

A avaliação tem que ser ressignificada como oportunizadora de momento especial para aprender e possibilitar novas tessituras do conhecimento, muito além do técnico e sim para uma formação humana plena, levando-se em conta os dizeres de Luckesi (1996), no sentido de que o ato de avaliar não se destina a um julgamento definitivo, ainda mais em curso de especialização que tem como intuito debater temas e contextos dos Direitos Humanos, da Cidadania, das Garantias Fundamentais e do Acesso à Justiça.

Assim, a Avaliação será realizada de forma contínua, a partir e além da realização das atividades e interações propostas na plataforma virtual e dos momentos presenciais. Sob este ângulo, em respeito às resoluções da Universidade parceira que disciplina que nos cursos de especialização deverão incluir, necessariamente, provas presenciais e defesa individual de trabalho de conclusão de curso, o discente no presente curso será avaliado em 3(três) situações distintas:



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA INSTITUTO
FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO
CAMPUS CONFRESA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E INOVAÇÃO PROPES-IFMT

- 1- Durante os encontros presenciais, a partir da realização de provas, apresentação de trabalhos e realização de outras tarefas propostas no encontro, com usos de metodologias participativas;
- 2- No entremeio da oferta das disciplinas, a partir das atividades realizadas à distância, como pesquisas, exercícios e outras atividades desenhadas para a disciplina, com auxílio de plataforma moodle;
- 3- Ao final do curso, com a elaboração e defesa, presencial, do TCC, na modalidade artigo científico, perante banca examinadora.

Os momentos detalhados acima deverão ser administrados pelos professores e monitor, de modo que acompanhem todas as atividades das disciplinas e façam os devidos registros, em especial sobre a produção escrita do estudante, seu método de estudo, participação nos encontros presenciais ou não, nos fóruns, chats. Ademais, é importante para o processo de ensino-aprendizagem compreender se os alunos estão acompanhando os conteúdos ministrados e os materiais disponibilizados, e se a partir do curso está acontecendo o desenvolvimento crítico-reflexivo diante dos conhecimentos ofertados e em face de sua prática profissional e formação cidadã.

Os estudantes deverão atingir nota mínima de 7 (sete) pontos em cada disciplina cursada e no trabalho de conclusão de curso, por meio de um artigo científico. Todavia, mesmo tendo o fator nota-valor numérico em si- o processo avaliativo levará em conta o acompanhamento diagnóstico, em respeito à construção dos conhecimentos científicos, ressignificações dos institutos, dos problemas sociais e as construções mediadoras entre saberes contextualizados, situados e úteis para práticas transformadoras, refletindo no protagonismo social em meio às diferenças e desigualdades sociais.

15 CONTROLE DE FREQUÊNCIA

Farão jus ao certificado os estudantes que, na integralização em cada disciplina, tiverem obtido pelo menos 75% (setenta e cinco por cento) de frequência e cumprimento total da carga horária a distância. O Registro da frequência será feito em diário de classe.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA INSTITUTO
FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO
CAMPUS CONFRESA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E INOVAÇÃO PROPES-IFMT

16 TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

O Trabalho de Conclusão do Curso (TCC) é componente obrigatório para a obtenção do título de Especialista. Será considerada produção acadêmica de TCC para o curso de Especialização em Direitos Humanos e Garantias Fundamentais a produção de um artigo de acordo com as normas técnicas do IFMT/*campus* Confresa disponível no site: <http://cfs.ifmt.edu.br/conteudo/pagina/manuais-para-trabalhos-academicos/>.

A Carga horária para a elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso corresponderá a 60 horas, que complementam a carga horária total do curso.

O discente só poderá defender o trabalho de conclusão de curso após ter cumprido todas as disciplinas ofertadas no curso, com aprovação.

Um professor será designado para acompanhar e orientar o discente durante todo o processo de elaboração do seu TCC, inclusive na execução e apresentação do trabalho. O TCC será apresentado a uma banca examinadora composta pelo professor orientador e mais dois componentes. O discente deverá obter resultado satisfatório na apresentação para fazer jus ao certificado. Esses resultados serão expressos através de notas de 0 a 10, observando o valor da nota para aprovação de 7,0 (sete) pontos.

17 CERTIFICAÇÃO

O certificado de conclusão do curso deverá mencionar a área de conhecimento e será acompanhado do respectivo histórico escolar, no qual deverá constar, obrigatoriamente:

I - ato legal de credenciamento da instituição, nos termos do artigo 2º da Resolução CNE/CES nº 01/2018;

II - identificação do curso, período de realização, duração total, especificação da carga horária de cada atividade acadêmica;

III - elenco do corpo docente que efetivamente ministrou o curso, com sua respectiva titulação.

O certificado de conclusão do curso de especialização em nível de pós-graduação será registrado no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia – *Campus* Confresa.

Aos estudantes desistentes, será oportunizada uma declaração do módulo que concluiu



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA INSTITUTO
FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO
CAMPUS CONFRESA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E INOVAÇÃO PROPES-IFMT

com êxito. Para receber o certificado de conclusão do curso de Especialização em Direitos Humanos e Garantias Fundamentais o discente deverá concluir os três módulos e defender o TCC.

18 INDICADORES DE DESEMPENHO

Os indicadores de desempenho na oferta do curso de Especialização em Direitos Humanos e Garantias Fundamentais serão de acordo com:

Número máximo de estudantes por turma: 60.

Manter a frequência mínima: 75%.

Número mínimo de concluintes: 30.

Promover ajustes quando necessário para garantir o desempenho satisfatório da turma e controle de evasão.

19 INCLUSÃO SOCIAL E ACESSIBILIDADE

De modo geral, o IFMT orienta-se para fins de atendimento especializado ao discente conforme Resolução N° 043 de 17/09/13, que entre outros temas, regulamenta a implantação e implementação de Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas – NAPNE.

O Napne será formado por uma equipe multidisciplinar, composta por profissionais envolvidos contendo representantes do CDHDPC, do IFMT e por membros da comunidade:

- Assistente Social;
- Psicóloga;
- Enfermeira;
- Pedagogas;
- Técnicos em Assuntos Educacionais;
- Nutricionista;
- Intérprete de LIBRAS;
- Docentes.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA INSTITUTO
FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO
CAMPUS CONFRESA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E INOVAÇÃO PROPES-IFMT

Aos discentes do curso, será oferecido acesso, por meio de Programas especiais desenvolvidos por servidores deste *Campus*, apoio extraclasse com a equipe pedagógica, apoio psicopedagógico com servidor da psicologia e apoio social através do servidor do serviço social.

20 SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO CURSO

A avaliação do curso será feita pela comunidade acadêmica do IF Campus Confresa (docentes, técnicos Administrativos e os discentes do curso) em conjunto com representantes do CDHDPC, semestralmente, de modo a identificar os problemas e a solução para os mesmos, também através de ações do colegiado do curso. Ementas de disciplinas poderão ser alteradas de modo a satisfazer as necessidades atuais dos acadêmicos do curso, melhorias na organização dos horários de atendimentos, melhorias na infraestrutura, de acordo com os apontamentos do Colegiado do Curso.

21 INFRAESTRUTURA FÍSICA DO CURSO

Será assegurado aos docentes e discentes do curso, o acesso aos espaços físicos e a infraestrutura do campus, no entanto, os encontros presenciais serão realizados no Centro Pastoral Padre Josimo, localizado à Rua Açucena s/n, Porto Alegre do Norte - MT:

Quadro 03 – Infraestrutura disponível para o curso:

AMBIENTE	DESCRIÇÃO/OBJETIVO	QUANT.
Salas de aula (Centro de Pastoral)	Sala com 60 cadeiras disponíveis para as aulas teóricas e oficinas didáticas compatíveis.	01
Sala de multimídias (Centro de Pastoral e IF Confresa)	Ministrar aulas assistidas através de Multimídias.	01
Laboratório de Informática (IF Confresa)	Sala com 20 máquinas para realizar aulas práticas de informática e pesquisas via Web.	01



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA INSTITUTO
 FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO
 CAMPUS CONFRESA
 PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E INOVAÇÃO PROPES-IFMT

Biblioteca (IF Confresa)	Ambiente com espaço para estudos – com disposição do acervo bibliográfico e de multimídia e 06 (seis) computadores para pesquisa em periódicos eletrônicos.	01
Refeitório (Centro Pastoral)	Fornecer refeições aos discentes, docentes e demais servidores.	01
Dormitórios (Centro Pastoral)	Fornecer hospedagem aos discentes, docentes e demais servidores durante o período de aulas presenciais.	100
Almoxarifado (Centro Pastoral)	Estoque e distribuição de suprimentos	01
Bloco de Administração do Campus (IF Confresa)	Desenvolver atividades administrativas e acomodar os órgãos da administração	01
Departamento de Ensino (IF Confresa)	Acomodar a pessoal de chefia	01
Coordenação de Pesquisa e Pós-Graduação (IF Confresa)	Alocar a coordenação do curso de Especialização em Direitos Humanos e Garantias Fundamentais	01
Registro Escolar (IF Confresa)	Gerenciar a documentação escolar	01

22 PROFESSOR COLABORADOR

Este Projeto de Curso prevê acordos entre instituições de Ensino para professores colaboradores na execução do mesmo.

A Resolução nº 009, de 07 de março de 2014, do Conselho Superior do IFMT, define como professor colaborador, os docentes que participam do desenvolvimento de projetos de pesquisa ou atividades de ensino ou extensão e/ou orientação de estudantes, independente do fato de possuírem vínculo com o IFMT.

Para a seleção do professor colaborador será por meio de edital próprio, obedecendo a seus procedimentos, segundo os termos firmados.

A admissão estará vinculada a Convênio ou Termo de Cooperação firmado entre o IFMT e outra instituição e não gerará vínculo empregatício.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA INSTITUTO
FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO
CAMPUS CONFRESA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E INOVAÇÃO PROPES-IFMT

O quantitativo de vagas destinadas para professor colaborador e as suas respectivas áreas de atuação serão definidas em edital próprio de seleção.

23 CRONOGRAMA DE OFERTA DO CURSO

As vagas ofertadas no curso de Especialização em Direitos Humanos e Garantias Fundamentais serão de acordo com a previsão de oferta de cursos *lato sensu* conforme PDI, período de 2019 a 2023.

24 RECURSOS FINANCEIROS

As despesas específicas da pós-graduação *lato sensu* em Direitos Humanos e Garantias Fundamentais, tais como deslocamento e prolabore para traslado, estadia e alimentação de professores e estudantes nas etapas presenciais, bolsa monitoria para um dos discentes, serão custeadas integralmente pelo CDHDPC, o qual conta com projeto específico para esse custeio com a entidade internacional MISEREOR/KZE.

As demais especificidades constarão no termo de parceria assinado entre IFMT e CDHDPC que acompanha este processo.

25 QUADRO DOCENTE

NOME DO PROFESSOR	TITULAÇÃO/ÁREA	CURRÍCULO LATTES	REGIME DE TRABALHO
Claudiney de Freitas Marinho	Me. em Geografia	http://lattes.cnpq.br/6114671905645388	DE
Enock Edson Teixeira do Prado Filho	Me. em História	http://lattes.cnpq.br/5299198552718584	DE
Celia Ferreira de	Ma. em Letras	http://lattes.cnpq.br/4760	DE



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA INSTITUTO
 FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO
 CAMPUS CONFRESA
 PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E INOVAÇÃO PROPES-IFMT

Sousa		211024075582	
Washington Amaral Ferreira	Esp. Sociologia	http://lattes.cnpq.br/171449984354	DE
Nick Andrew Pereira Ugalde	Me. em Direito	http://lattes.cnpq.br/731826047516	DE
Eduardo Cesar Campos Coelho	Me. em Filosofia	http://lattes.cnpq.br/231455565912	DE
Lucimar de Freitas Novais	Ma. em Educação Agrícola	http://lattes.cnpq.br/232190808425	DE
Elisangela da Silva Machieski	Dra. em História	http://lattes.cnpq.br/686960672378	DE
Eunice Dias de Paula	Dra. em Letras e linguística	http://lattes.cnpq.br/775137787013	CIMI (colaboradora)
Dimas Santana Souza Neves	Dr. em Educação	http://lattes.cnpq.br/070730506443	UNEMAT (colaborador)
Fernando Schneider	Dr. em Agroecologia	http://lattes.cnpq.br/281286346217	CPT (colaborador)
Heitor Werner M. Kirsch	Dr. em Desenvolvimento Rural	http://lattes.cnpq.br/196595122147	UNEMAT (colaborador)
Maria do Socorro de Sousa Araújo	Dra. em História	http://lattes.cnpq.br/664957847648	UNEMAT (colaboradora)
Ângelo Altair de	Me. em	http://lattes.cnpq.br/8987	CDHDPC



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA INSTITUTO
 FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO
 CAMPUS CONFRESA
 PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E INOVAÇÃO PROPES-IFMT

Oliveira	Desenvolvimento Comunitário	201509232138	(colaborador)
Everton Neves dos Santos	Me. em Direito	http://lattes.cnpq.br/0924861015551007	UNEMAT (colaborador)
Maria Aparecida Martins Souza	Ma. em História	http://lattes.cnpq.br/9793927218358487	CDHDPC (colaborador)
Maria do Rosário Soares Lima	Ma. em História	http://lattes.cnpq.br/8655293244067889	UNEMAT (colaborador)
Paulo Cesar Moreira Santos	Me. em Educação	http://lattes.cnpq.br/1160471889882168	CPT (colaborador)

26 SERVIDORES TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS

Servidor	Cargo / e-mail	Titulação
Aldemira Ferreira da Silva	Pedagoga	Mestrado
Aline de Oliveira Gonçalves	Enfermeira	Especialização
Arthur Paixão Correia	Assistente de Alunos	Graduação
Celso Pereira Parreao	Assistente de Alunos	Graduação
Cristine Moraes dos Anjos	Téc. Em Assuntos Educacionais	Mestrado
Geanio de Jesus da Silva	Auxiliar de Biblioteca	Graduação
Grazielle Vital da Silveira	Técnico em assuntos educacionais	Mestrado



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA INSTITUTO
 FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO
 CAMPUS CONFRESA
 PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E INOVAÇÃO PROPES-IFMT

Ivaldo Afonso da Silva	Auxiliar de Agropecuária	Ensino médio
Jhessika Melo dos Santos	Assistente em administração	Graduação
Laura Cristina Nobre Barros	Assistente Social	Graduação
Leudimar Dias de Sá	Técnico em Arquivo	Graduação
Lorrayne de Jesus	Assistente de aluno	Graduação
Marciano de Oliveira	Auxiliar de Biblioteca	Ensino Médio
Mariano Pereira Noletto	Assistente de Alunos	Graduação
Paulo César Laurindo Silva	Técnico em Assuntos Educação	Mestrado
Rodrigo da Silva Lopes	Assistente em Administração	Graduação
Telma da Silva Aguiar	Jornalista	Especialização
Thierry de Melo	Técnico de Tecnologia da Informação	Graduação
Wallace Matheus da Silva	Auxiliar de Biblioteca	Ensino Médio

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Censo Demográfico**. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/>> Acesso em 31 mar. 2019.

_____. **Constituição**: República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 1988.

_____. **Lei nº 9.394**, de 20 de dez de 1996. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/.../lei/.../lei-9394-20-dezembro-1996-362578-norma-pl.http>> Acesso em: 27 fev. 2019.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA INSTITUTO
FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO
CAMPUS CONFRESA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E INOVAÇÃO PROPES-IFMT

_____. **Lei 11.892**, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11892.htm> Acesso em: 27 fev. 2019.

_____. **Resolução CNE/CES N°01/2018**. Estabelece diretrizes e normas para a oferta dos cursos de pós-graduação lato sensu denominados cursos de especialização, no âmbito do Sistema Federal de Educação Superior. Conselho Nacional de Educação/ Câmara da Educação Superior. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/docman/abril-2018-pdf/85591-rces001-18/file>> Acesso em: 27 fev. 2019.

CENTRO DE DIREITOS HUMANOS DOM PEDRO CASALDÁLIGA. **Estatuto social**: criado em 05 de março de 2017 e revisado em 07 de março de 2020.

Documento Digitalizado Público

PPC do curso de Especialização em Direitos Humanos e Garantias Fundamentais corrigido

Assunto: PPC do curso de Especialização em Direitos Humanos e Garantias Fundamentais corrigido
Assinado por: Paulo Cesar
Tipo do Documento: Projeto
Situação: Finalizado
Nível de Acesso: Público
Tipo do Conferência: Cópia Simples

Documento assinado eletronicamente por:

- Paulo Cesar Laurindo Silva, Diretor de Ensino - CD0004 - CFS-ENS, em 26/08/2021 18:17:22.

Este documento foi armazenado no SUAP em 26/08/2021. Para comprovar sua integridade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifmt.edu.br/verificar-documento-externo/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 138304

Código de Autenticação: 03e39e831b

